



## Artigos

# O Arquivo Distrital de Bragança como uma porta para o passado: representações linguísticas em obras lexicográficas<sup>1</sup>

*The District Archive of Bragança as an open door to the past: linguistic representations in lexicographical works*

Cláudia Martins<sup>2</sup>  
Nazaré Cardoso<sup>3</sup>  
Cecília Falcão<sup>4</sup>

### RESUMO

*O Arquivo Distrital de Bragança tem por objetivo “recolher, gerir, preservar, valorizar e difundir o património dos arquivos da região” (página oficial em linha) de Bragança, no nordeste de Portugal. É neste*

1. Este trabalho foi alvo de apresentação no R100 Romanistika, 100 anos dos Estudos Românicos em Zagreb: tradição, contactos, perspetivas, e uma versão abreviada (i.e. 2500 palavras) foi publicada em 2021 (Martins, C., Cardoso, N. & Falcão, C. (2021). Viagem ao passado: reflexões linguísticas em obras lexicográficas do Arquivo Distrital de Bragança. *Studia Romanica et Anglica Zagradiensia: Revue publiée par les Sections romane, italienne et anglaise de la Faculté des Lettres de l'Université de Zagreb* (pp. 85-92)).
2. Escola Superior de Educação /Instituto Politécnico de Bragança. Bragança – Portugal. <https://orcid.org/0000-0002-3388-2340>. E-mail: [claudiam@ipb.pt](mailto:claudiam@ipb.pt)
3. Escola Superior de Educação /Instituto Politécnico de Bragança. Bragança – Portugal. <https://orcid.org/0000-0003-2842-9055>. E-mail: [nazarecardoso2011@ipb.pt](mailto:nazarecardoso2011@ipb.pt)
4. Escola Superior de Educação /Instituto Politécnico de Bragança. Bragança – Portugal. <https://orcid.org/0000-0001-5263-0280>. E-mail: [cfalcao@ipb.pt](mailto:cfalcao@ipb.pt)



This content is licensed under a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use and distribution, provided the original author and source are credited.

*espaço que se encontram os fundos documentais mais relevantes e com diferentes proveniências, como do Seminário de Bragança e de famílias da região que doaram as suas coleções bibliográficas. No Arquivo, o Depósito A reúne as obras mais antigas, impressas e manuscritas, em várias línguas românicas e germânicas. A equipa de investigação desenvolve um projeto de inventariação das obras lexicográficas patentes neste fundo documental que implica o registo das características das suas macro e microestruturas, a par de registos fotográficos. As obras já identificadas ascendem a uma centena e apresentam-se em português, latim, francês e espanhol. A partir do levantamento já efetuado, aplicamos uma metodologia exploratório-descriptiva numa amostra de cinco dicionários e refletimos sobre as suas representações linguísticas, na linha do trabalho desenvolvido por Chávez Fajardo & Dorado Puntch (2016). Através da análise dos paratextos destas obras, concluímos que estes elementos macroestruturais refletem as representações linguísticas dos autores quanto a público-alvo, lexicografia e validação dos seus produtos face à autoridade lexicográfica. Todos os autores se apoiam nos seus antecessores para validação procurando acrescentar elementos inovadores e melhorados, de acordo com as finalidades da obra.*

**Palavras-chave:** *lexicografia; dicionários de língua; macroestrutura; ADBG; paratextos.*

## ABSTRACT

*The District Archive of Bragança aims to “recolher, gerir, preservar, valorizar e difundir o património dos arquivos da região” (cf. official website: collect, manage, preserve, value and disseminate the heritage of the archives in the region [authors’ translation]) of Bragança, in the northeast of Portugal. It is here that we find the most relevant document sources, namely the Seminar of Bragança and families from the region that donated their bibliographical collections. In the Archive, Deposit A is where the oldest books are to be found, in various Romanic and Germanic languages. The research team is developing a project of inventorying the lexicographical works found in Deposit A, collecting data about their macro and microstructures, along with photographic records. Henceforth, we described a hundred works in Portuguese, Latin, French and Spanish. Based on the inventory that has already been made, we applied an exploratory-descriptive methodology on a sample of five dictionaries and reflected upon the linguistic ideas they convey, in line with the paper by Chávez Fajardo & Dorado Puntch (2016). Through the analysis of the paratexts of these dictionaries, we concluded that these*

*macrostructural elements reflect the linguistic representations of their authors concerning their target audiences, lexicography and the validation of their products towards lexicographical authority. All the authors draw on their predecessors for validation, attempting to add innovative and enhanced elements, in accordance with the aims of the work.*

**Keywords:** *lexicography; language dictionaries; macrostructure; ADBGC; paratexts.*

## 1. Introdução

Este projeto pretende analisar as representações linguísticas constantes nos paratextos de uma amostra de obras lexicográficas depositadas no Arquivo Distrital de Bragança (ADBG) e, neste sentido, replica o trabalho realizado por Soledad Chávez Fajardo e Ricardo Dorado Puntch (2016, pp. 181-196). O trabalho destes autores, designado *As ideias linguísticas nas codificações pré-científicas na América Hispânica*, versa sobre os dicionários do séc. XIX que se caracterizam por uma transição entre a estabilização exonormativa e a nativização, especialmente relevantes no mundo indígena da América do Sul. Nesta abordagem, os autores tiveram por base os conceitos de ideologia linguística e de perfil glotopolítico, particularmente no que se refere a “positions and interventions on language in connection to more general socio-historical transformations, namely standardisation, construction of the object “national language” in communities of speakers of non-dominant varieties”<sup>5</sup> (Chávez Fajardo & Dorado Puntch, 2016, p. 182). Na linha de Orlandi (2002 cit. Chávez Fajardo & Dorado Puntch, 2016, p. 182), os dicionários devem ser entendidos como discursos sobre as normas linguísticas e a relação entre eles como interdiscursos, sendo que o conjunto de paratextos representam “a complex of discursive formations” de onde emergem relações de concordância e contradição. Lauria (2011) é também citado por Chávez Fajardo & Dorado Puntch (2016, p. 182), quando afirma que os dicionários são instrumentos discursivos ideológicos e históricos que

5. Nossa tradução: posições e intervenções na língua em ligação com transformações sócio-históricas mais gerais, nomeadamente a padronização, a construção de um objeto ‘língua nacional’ em comunidades de falantes de variantes não dominantes.

servem o propósito de criar um imaginário social para um estado-nação moderno. A questão de as obras em análise serem consideradas pré-científicas deve-se ao facto de estas não seguirem uma metodologia estritamente lexicográfica (também resultante da ausência de formação linguística dos autores), de este período da lexicografia se basear quase exclusivamente em produtos com um só autor e de não se verificar uma clara distinção entre as noções de correção e exemplaridade, de acordo com Coseriu (1990), sendo a atitude linguística predominante o purismo e/ou prescritivismo.

Em termos de metodologia, Chávez Fajardo & Dorado Puntch (2016) incidiram sobre um corpus de 12 dicionários da já referida era da lexicografia pré-científica (ou autoral) que abrangeu os séculos XIX até metade do XX na América Latina. Na sua perspetiva, os paratextos desempenham um papel exortativo, lembrando ao autor a natureza normativa dos dicionários e expondo conceitos ideológicos sobre a língua e política espanholas.

Por conseguinte, o nosso estudo de caso encara as obras lexicográficas como produtos de natureza histórico-ideológica passíveis de fornecer informação valiosa sobre o imaginário social da língua portuguesa no séc. XIX. Com base no complexo de formações discursivas que constituem os paratextos destas obras, é nosso objetivo principal analisá-los e descrevê-los e deles retirar as ideias linguísticas plasmadas, nomeadamente o conceito de língua portuguesa, de norma e variação linguística ou mesmo reflexões sobre a teoria lexicográfica. Atualmente o *corpus* de obras lexicográficas que identificámos no ADBGC atinge a centena e deste seleccionámos cinco obras que iremos analisar em maior profundidade, conforme critérios a explicitar.

Desta forma, o artigo divide-se nas seguintes partes: uma breve apresentação dos arquivos em Portugal, em especial os arquivos nacionais e os distritais, assim como as suas funções; uma descrição do projeto “Viagem ao passado” e dos seus objetivos, em consonância com os do ADBGC; a explanação de reflexões sobre lexicografia e metalexicografia; a explicitação da nossa metodologia de trabalho e a discussão dos resultados da nossa análise. No final, tentaremos sistematizar as nossas considerações, refletir sobre as limitações do projeto e concluir com o seu prosseguimento no futuro.

## 2. Arquivos nacionais e distritais

De acordo com a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) (2020, em linha), Portugal conta com um Arquivo Nacional, conhecido como a Torre do Tombo, o Centro Nacional de Fotografia, o Arquivo Histórico Ultramarino e dezasseis arquivos distritais (i.e. Aveiro, Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa (extinto em 2012 e integrado na Torre do Tombo), Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana, Vila Real e Viseu).

No contexto dos diversos arquivos, o Arquivo Nacional Torre do Tombo é, segundo a DGLAB (2017, em linha), o mais antigo, datando já de c. 1378, correspondente à emissão da primeira certidão. Ter-se-á instalado numa das torres do castelo de Lisboa que ruiu em 1755 aquando do terramoto de Lisboa. Dois anos depois, os documentos salvos dos escombros do Terramoto de 1755 foram instalados no Mosteiro de São Bento da Saúde e é, nessa altura, que se procede à sua organização:

(...) em colecção do Corpo Cronológico, e em colecção dos Fragmentos. Os oficiais do arquivo fizeram várias cópias de documentos, nomeadamente, a Reforma das Gavetas, a Reforma dos Forais Antigos, e a colecção de Cópias, tendo continuado o trabalho de descrição de documentos de que resultaram os índices do Corpo Cronológico (1764), os sumários e índices dos documentos das Gavetas (1765), os índices dos livros das Ementas (1765), os índices dos maços das Moradias e dos Ofícios da Casa Real (1767, 1770), o inventário dos documentos da Casa da Coroa (1776). (DGLAB, 2017, em linha)

No século XIX, no período liberal, a Torre do Tombo passou a designar-se Real Arquivo da Torre do Tombo e a integrar “documentos dos arquivos dos extintos tribunais do Antigo Regime (...) e dos cartórios das corporações religiosas” (DGLAB, 2017, em linha), daí que se desenvolvesse então a elaboração de índices e a conservação da ordem destes documentos. Devido à atribuição de novas funções ao arquivo, a instituição passou a sofrer da falta de funcionários, apesar de o número de oficiais ter aumentado no século XVIII, que resultou do acréscimo no número de certidões requeridas.

Para além da descrição documental, “a concepção de arquivo como serviço público de divulgação de conteúdos documentais surgiu tardiamente: a **consulta pública** dos documentos da Torre do Tombo,

começou de forma tímida, em **1901**” (DGLAB, 2017, em linha; negrito original). Foi após a Implantação da República em Portugal, em 1910, que “os serviços das bibliotecas e dos arquivos dependentes da Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial” (DGLAB, 2017, em linha) foram organizados e o Arquivo da Torre do Tombo passou a designar-se, definitivamente, Arquivo Nacional. Estas alterações levaram à consolidação da “função de conservação e valorização dos manuscritos destinados ao estudo da História, bem como a função de promover a entrada de cópias de manuscritos portugueses, existentes no estrangeiro” (DGLAB, 2017, em linha). Simultaneamente, tal como sucedeu com outras instituições com uma função cultural (e.g. museus), foi definido um horário de abertura ao público.

Em 1931, o Arquivo passou a estar “sujeito técnica e administrativamente à Inspeção das Bibliotecas Eruditas e dos Arquivos, que em 1965 ficou sob tutela da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, do Ministério da Educação” (DGLAB, 2017, em linha). Vinte anos mais tarde, o Arquivo Nacional passa a estar dependente do Ministério da Cultura, onde ainda se mantém. Os arquivos distritais foram sendo estabelecidos entre 1910 e 1965 e recebem documentos provenientes das repartições da Fazenda, sentindo-se “a progressiva necessidade de os integrar numa rede nacional, e numa política nacional de arquivos” (DGLAB, 2017, em linha). Desenvolveram igualmente a função de armazenamento dos documentos eclesiásticos de que a nova república se apoderou após a Implantação da República, juntamente com outros bens da Igreja e a separação dos poderes.

Finalmente, em 1988, o estado português cria o Instituto Português de Arquivos que, em 1992, foi fundido com o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Com a instalação da Torre do Tombo na Alameda da Universidade de Lisboa, foi sendo incorporada nova documentação, tal como a das Secretarias de Estado, e efetivaram-se novas aquisições. Em 2007, passou novamente a ser designado por Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em dependência da Direcção Geral de Arquivos. Finalmente, em 2012, cria-se a Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas “que resulta da fusão da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas com a Direcção-Geral dos Arquivos” (DGLAB, 2017, em linha) e, nessa altura, o Arquivo Distrital de Lisboa é reintegrado na Torre do Tombo. Neste longo processo de mais de seis séculos, a noção

de arquivo nacional afirmou-se como uma entidade fundamental para o armazenamento e conservação de documentos da história portuguesa em território nacional e estrangeiro, atividade esta complementada pelos diversos arquivos distritais que foram sendo criados a partir da Implantação da República em Portugal.

### *Arquivo Distrital de Bragança*

É a partir de 1910 que o regime republicano institucionaliza os arquivos distritais em Portugal de forma a “custodiar sobretudo a documentação eclesiástica” (Afonso & Correia, 2006, p. 132). Em 1916, Bernardino Machado decreta a criação da Biblioteca Pública de Bragança com um Arquivo Distrital anexo que incorpora “os importantes núcleos de espécies manuscritas e impressas existentes na região” (Afonso & Correia, 2006, p. 132). Estes arquivos, assim como as bibliotecas, inscreviam-se na lógica ideológica da República que atribuía aos primeiros a dependência do passado e às últimas a missão virada para o futuro, ou seja, nas palavras de Teófilo Braga, “operar a remodelação mental do país” (1916 citado por Afonso & Correia, 2006, p. 132).

A Biblioteca Pública de Bragança instalou-se inicialmente no Paço Episcopal<sup>6</sup>, tendo como fundo inicial as obras da Mitra Brigantina (ou seja, dos bispos de Bragança e Miranda do Douro), do Seminário Diocesano, da antiga Junta Geral do distrito e do Arquivo do Cabido (i.e. dos cónegos). Para além destes, o ADBGC passou a recolher “a título definitivo ou de simples depósito, sem perda de direitos por parte dos seus proprietários e sem quaisquer encargos, arquivos públicos ou privados, cujos detentores os desejem ver preservados, organizados e acessíveis ao público e à investigação” (Afonso & Correia, 2006, p. 134).

Em 1965, verifica-se a unificação da Biblioteca Pública e do Arquivo. Como afirmam Afonso & Correia (2006), unificaram-se “as duas instituições, mas [o Decreto n.º 46350] não lhe deu vida. Continuaram enclausurados os livros e documentos no Museu do Abade de Baçal

<sup>6</sup> Atualmente, encontra-se instalado no antigo Paço Episcopal o Museu do Abade de Baçal (<https://www.museuabadebacal.gov.pt/>).

desde a jubilação do seu director, Francisco Manuel Alves (1935)” (p. 132). Vinte anos mais tarde, o Arquivo passa a funcionar no antigo Convento de S. Francisco, sob a direção de Belarmino Augusto Afonso. Nesta altura, os arquivos distritais já tinham a sua função redelineada pelo Decreto-lei n.º 149/83, segundo o qual estes devem funcionar como “centro coordenador de todos os arquivos da zona: os estatais, os concelhios, os de demais instituições e até se possível, os particulares” (citado por Afonso & Correia, 2006, p. 134).

Relativamente ao acervo documental do ADBG, este subdivide-se em fundos públicos (isto é, administração central e local, judiciais, notariado e cartórios paroquiais), fundos privados (ou seja, provenientes de confrarias e irmandades, eclesiásticos, empresas, famílias, misericórdias e pessoas singulares) e em coleções (e.g. cartografia, hemeroteca, iconografia, imprensa, etc.) que abrangem o período desde o século X até ao ano de 2003, num total de 2724 metros lineares (Afonso & Correia, 2006, pp. 136-137).

Em 1997, os serviços de biblioteca do Arquivo de Bragança são extintos, passando a designar-se Arquivo Distrital de Bragança (ADBG, 2016, em linha). O ADBG assume-se como “um arquivo de âmbito regional, com natureza de Serviço dependente da DGLAB, serviço central da administração direta do Estado” (ibid.). Esta filosofia e missão encontram-se plasmadas na mensagem da Direção do ADBG (2016, em linha), tal como se verifica no seguinte excerto:

O Arquivo Distrital não pode ser visto como simples depósito de documentos, virado apenas para o passado, reduzido a uma vocação historicista, mas intervir nas comunidades onde se insere como organismo atuante, promotor de desenvolvimento cultural, social e humano. A documentação que aqui foi sendo incorporada (cerca de 5 km) constitui um património histórico e cultural de valor incalculável e da maior importância, não apenas para a história regional, mas também para a história Nacional.

No que se refere à missão, objetivos e competências do Arquivo, estes são apresentados da seguinte forma na página oficial do ADBG (2016):

a) “Recolher, gerir, preservar, valorizar e difundir o património dos arquivos da região”

- b) “Contribuir para a preservação do património arquivístico”
- c) “Ampliar a disponibilidade e a acessibilidade à informação de arquivo, realizando instrumentos de pesquisa da documentação à sua guarda”
- d) “Promover a diversificação de públicos, realizando atividades culturais e educativas”
- e) “Implementar sistemas de descrição”
- f) “Promover o conhecimento e a fruição do património arquivístico de que são depositários (...) autonomamente ou em colaboração com outras entidades”.

Destes destacamos os objetivos c), e) e f), uma vez que estes se veem refletidos mais claramente no presente projeto que explicitaremos no ponto 3. Em termos de organização, o ADBGC divide-se em vários pisos, dois acima do solo e seis subterrâneos, entre os quais se encontram os vários depósitos identificados de A a H. É no Depósito A que temos vindo a desenvolver o projeto “Viagem ao passado” e onde estão armazenados os livros impressos, assim como alguns manuscritos, desde os antigos até aos do século XX. Estas obras estão estruturadas por corredores, estantes e prateleiras; por exemplo, A334-5 equivale a Depósito A, estante 33, prateleira 4, posição 5. Dos cerca de 4000 livros que o Depósito A armazena, 2000 livros já se encontram catalogados e estão disponíveis na PORBASE (Base Nacional de Dados Bibliográficos), estando presentemente em processo de migração para um novo programa de catalogação.

### 3. O nosso projeto: os dicionários e as enciclopédias

O projeto designado de “Viagem ao passado” pretende conhecer e analisar as obras lexicográficas existentes no Depósito A do ADBGC, com um escopo geográfico específico – o distrito de Bragança. O limite temporal das obras, no espólio bibliográfico, cobre o período desde o século XVI até ao século XX, com uma maior incidência no século XIX. Quanto ao perfil social dos proprietários destas obras, este abrange, tal como já explicitado acima, fundos públicos e privados,

provenientes de famílias da região, o Paço Episcopal, a Biblioteca da Mitra, o Arquivo do Cabido e o Seminário de São José de Bragança. No seguimento dos objetivos do ADBGC já apresentados, ambicionamos alcançar os seguintes objetivos com este projeto:

- potenciar o acesso ao espólio bibliográfico do Depósito A do ADBGC;
- recolher informação que contribua para um sistema de descrição bibliográfica do Arquivo A do ADBGC;
- disponibilizar informação sobre as obras lexicográficas existentes ainda não catalogadas;
- promover conhecimento deste espólio com a realização de exposições ao público;
- difundir conhecimento sobre o espólio em congressos nacionais e internacionais e através de publicações.

### *Considerações sobre lexicografia e metalexicografia*

A Lexicografia, considerada comumente como “a disciplina que se ocupa dos dicionários” (Correia, 2009, p. 17), tem-se afirmado, ao longo da história, como uma atividade social e cultural relevante na preservação e no desenvolvimento das línguas, criando produtos de impacto inegável na memória e fixação. Enquanto disciplina da Linguística, o seu caráter de prática social interessa-nos em particular, pois muitas vezes a atividade surge como uma “prática não científica cujos fundamentos podem ser adquiridos de modo autodidático” (Correia, 2009, p. 17).

Os produtos da Lexicografia, ou seja, os dicionários, apresentam-se como “monumentos do mais valioso património de uma comunidade, são um testemunho privilegiado da memória linguística e uma fonte inexaurível de leitura estudiosa e reflexão metalinguística” (Verdelho, 2004, p. 413). Estes produtos refletem dois princípios essenciais da lexicografia – o princípio da hierarquização e da acumulação. Enquanto o primeiro nos mostra qual a ordenação atribuída ao dicionário e a sua funcionalidade, por vezes dependentes da época histórica da sua cria-

ção, o segundo manifesta-se no tamanho dos produtos lexicográficos, “entre a obsessão do exaustivo e a contrariedade do ilimitado” (Verdelho, 2004, pp. 416-417). Esta reflexão e preocupação vão encontrar-se plasmadas nos paratextos que analisaremos.

Decorrentes destes dois princípios, surge uma nova disciplina, a Metalexigrafia, que se ocupa do estudo das formas e estruturas dos dicionários, dos seus usos e papel social, dos fundamentos teóricos das suas práticas, trazendo um novo enquadramento à análise sistemática das obras lexicográficas, no duplo aspeto da ciência e da técnica lexicográfica.

O estudo metalexicográfico pretende dar conta de técnicas e opções práticas, enquadradas em fundamentos teóricos, que se situam a dois níveis: 1) a macroestrutura, ou seja, a organização interna de uma obra lexicográfica (incluindo a nomenclatura); e 2) a microestrutura, isto é, a organização dos dados contidos no verbete, a especificação das informações sobre a unidade de entrada/ vedeta. A par destes níveis, não se deve negligenciar o papel dos paratextos, onde os fundamentos de determinadas opções linguísticas e formais, prescritivas ou não, na apresentação de um dicionário, podem refletir uma certa função social e reguladora, da sua fiabilidade e amplitude, mesmo quando não explícitos. É neste entendimento circunstanciado e plural que abordamos a análise dos dicionários ora presentes, produtos de autores e de um tempo sem formação específica em lexicografia, mas cujos textos denotam uma visão do mundo, um conjunto de representações linguísticas que intentamos evidenciar.

Apesar da definição de dicionário acima apresentada, a delimitação do âmbito da lexicografia surge complexa, com base no necessário estabelecimento de um conceito de dicionário face a outros. Por exemplo, Barbosa (2001, cit. Fromm, 2004) distingue ‘dicionário’ de ‘vocabulário’ e ‘glossário’, na linha da ISO 1087 (1990), afirmando que o primeiro se enquadra ao nível do sistema, trabalhando com todo o léxico disponível cuja unidade é o lexema, ao passo que ‘vocabulário’ se movimenta ao nível da norma e ‘glossário’ da fala. ‘Vocabulário’ centra-se em conjuntos de uma área de especialidade e, conseqüentemente, nos termos ou lexemas especializados, enquanto ‘glossário’ se foca em determinado texto e nas unidades específicas que neste surgem. Foi esta

diversidade que nos surgiu no espólio bibliográfico do ADBG, onde observamos produtos que vão do glossário, vocabulário ou tesouro a obras de natureza mais didática, e.g., manual, compêndio ou tratado.

Com base nestas considerações, o nosso projeto toma em linha de conta não só a história da lexicografia portuguesa, mas também as reflexões metalexográficas, em particular as aplicadas ao português (e.g. Biderman, 2001; Faria & Correia, 1996; Verdelho, 1995, 2007; Vilela, 1987, 1994 – cit. por Correia 2009). Desta forma, é importante considerar tipologias e classificações de produtos lexicográficos, nem sempre estabilizadas, variando estes consoante diversos critérios (cf. Correia, 2009; Bugueño Miranda, 2014) – por exemplo, dicionário de língua vs. enciclopédico; n.º de línguas; suporte; tipo de descrição; orientação semasiológica ou onomasiológica.

### *Viagem ao passado: representações linguísticas*

O nosso projeto consiste num estudo de natureza exploratório-descriptiva, tendo a metodologia de trabalho assentado na observação do espólio bibliográfico existente no Depósito A do ADBG, seguida da análise e descrição das obras lexicográficas lá presentes, ou seja, com uma vertente predominantemente qualitativa. Estas foram identificadas com base numa noção *latu sensu* de obra lexicográfica, incluindo, por exemplo, compêndios, dicionários, enciclopédias, léxicos, tesouros, tratados e vocabulários.

A informação respeitante às obras compreendeu a descrição bibliográfica – título principal, título secundário (se existente), autores, tradução, local, editor, data, n.º de edição, n.º de tomos, n.º de páginas – e a informação macroestrutural – informação sobre os autores, informação sobre o tradutor, número de verbetes, tipo de ordenação, domínio conceptual, prefácios, introduções, índice, lista de conteúdos, ilustrações e figuras, entre outros; observações diversas (anotações aquando da análise). Paralelamente, realizaram-se registos fotográficos que incidiram sobre o frontispício, o índice, os paratextos iniciais e finais, exemplos de artigos e figuras/ ilustrações.

Até ao momento, concluímos a identificação de c. 100 obras lexicográficas, a quase totalidade das quais são monolíngues. Dentro

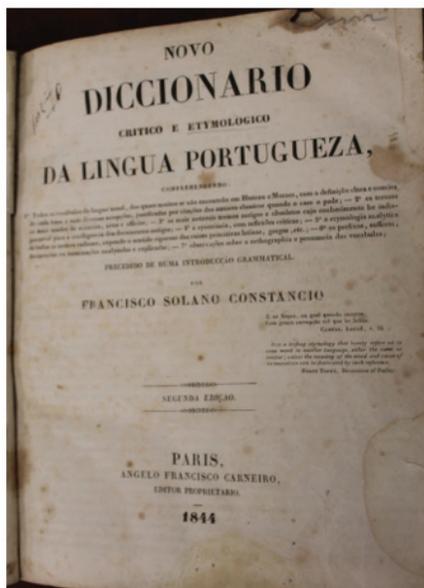
das bilingues, apenas identificámos duas de português-latim e uma de francês-português. Por outro lado, as línguas em que as obras se encontram produzidas incluem o espanhol, o francês, o latim e o português, com uma elevadíssima percentagem em francês (77). Quanto aos domínios conceptuais das obras, podemos destacar a teologia católica, a agricultura, a botânica e a zoologia, a medicina veterinária, a filosofia e a língua, sendo que 56 das 98 obras versam sobre teologia. É relevante destacar o facto de haver um predomínio do formato enciclopédico, com 25 obras que se designam como dicionário enciclopédico e 21 como enciclopédia.

### *A amostra em análise*

No âmbito deste estudo de caso, a amostra seleccionada é de natureza intencional e não probabilística. A escolha das obras a apresentar neste artigo foi realizada com base em três critérios externos: a língua, a designação do produto e o seu domínio conceptual. Para este trabalho, elegemos as obras lexicográficas que contivessem a palavra ‘dicionário’ no seu título e versassem sobre língua portuguesa, como obra monolíngue ou bilingue. Estes critérios produziram cinco resultados.

Desta forma, a nossa amostra compreende cinco obras para análise: “Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza” (Francisco Solano Constancio, 1844), “Diccionario da Lingua Portugueza Etymologico, Prosodico e Orthographico” (David Corazzi, 1882), “Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil” (António José de Carvalho & João de Deus, com duas edições – 1890 e 1907), “Diccionario Universal de Educação e Ensino” (E. M. Campagne, 1873), “Diccionario Portuguez, e Latino” (Pedro José da Fonseca, 1852), este último dicionário de língua bilingue. A análise das obras seleccionadas, que mostramos em baixo, abrange a sua apresentação, com a respetiva ficha bibliográfica e o registo fotográfico do frontispício, e a descrição dos seus paratextos, onde intentaremos identificar as representações linguísticas patentes nestas obras, na linha do estudo realizado por Chavéz Fajardo & Dorado Puntch (2016).

**Figura 1** — Fotografia de “Novo Dicionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza” (1844)<sup>7</sup>



**Quadro 1** — Ficha bibliográfica de “Novo Dicionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza” (1844)

Autor: Francisco Solano Constancio
Ano: 1844 (2. <sup>a</sup> edição)
Local: Paris
Editor: Angelo Francisco Carneiro
Título: <i>Novo Dicionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza</i>
N.º de Tomos: 1 volume (1028 pp.)
Entradas: —
Paratextos: “Vende-se” (1 pág.); Advertência (3 pp.); Resumo da gramática portuguesa (43 pp.)
Domínio conceptual: Língua portuguesa
Observações: ordenação alfabética; 3 colunas por página; nome do prefaciador na lombada do volume

A Figura 1/Quadro 1 apresenta este dicionário em língua portuguesa que, no frontispício, para além da indicação do título, indica também os subtítulos a tratar:

7. Autorização e cedência de uso do registo fotográfico na figura da Diretora do ADBG (outubro de 2019).

- ponto um – “Todos os vocábulos da língua usual, dos quais muitos não se encontrarão em Bluteau e Moraes, com a definição clara e concisa, de cada hum e suas diversas accepções, justificadas por citações dos autores clássicos quando o caso o pede”;
- ponto dois – “os termos mais usados de sciencias, artes e officios”;
- ponto três – “os mais notaveis termos antigos e obsoletos cujo conhecimento he indispensavel para a intelligencia dos documentos antigos”;
- ponto quatro, “a synonymia, com reflexões criticas”;
- ponto cinco – “a etymologia analytica de todos os termos radicaes, expondo o sentido rigoroso das raizes primitivas latinas, gregas, etc.”;
- ponto seis – “os prefixos, suffixos, desinencias ou terminações analysadas e explicadas”;
- ponto sete – “observações sobre a orthographia e pronuncia dos vocábulos” (Constancio, 1844, frontispício).

De seguida, no verso do frontispício, surge a informação dos locais onde este dicionário é vendido: em Paris, no Rio de Janeiro, na Baía e em Lisboa. O paratexto seguinte consiste numa advertência de Francisco Solano Constancio, onde afirma que esta obra é um complemento indispensável e uma versão melhorada daquela que o autor publicou em Paris em 1831. O sentido da Advertência, datada de maio de 1836 e escrita em Paris, expõe ao leitor as características da obra, explicando que incluiu os termos e vocábulos já publicados por Rafael Bluteau e António de Moraes Silva, mas numa versão mais simplificada, omitindo o que achava supérfluo, incluindo explicações mais pormenorizadas das aceções que considerava relevantes e oferecendo uma explicação básica da terminologia que é tratada na obra.

A Advertência começa por glorificar o trabalho realizado por Bento Pereira (1605-1681), o Padre Bluteau (1638-1734) e Moraes (1755-1824)<sup>8</sup> na compilação do dicionário e no empenho demonstrado na

8. “Prosodia in vocabularium blingue latinum et lusitanum” (1697), “Vocabulario portuguez e latino” (1712) e “Diccionario da lingua portugueza composto pelo Padre D. Raphael Bluteau em 1712 e depois reformulado...”, respetivamente.

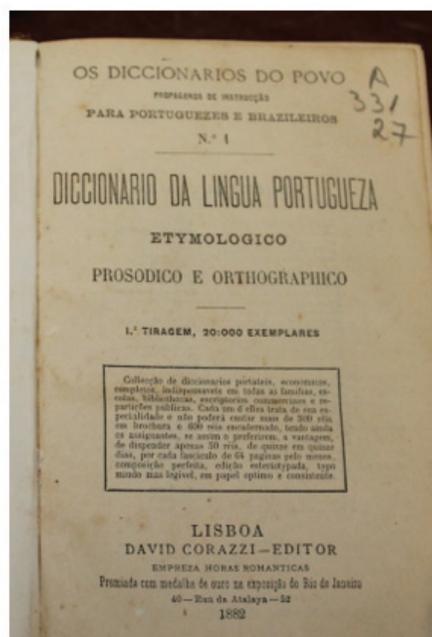
criação do mesmo. Por os três autores não terem atingido o objetivo a que se tinham proposto, Francisco Solano Constancio propõe-se a criar um novo dicionário mais amplo, completo, útil, menos volumoso. Procurou sobretudo suprimir “muitas inutilidades para fazer lugar a artigos de manifesta importancia” (Constancio, 1844, p. v). Procurou não omitir vocábulos, mas completar a informação com aceções em falta e incluir apenas os autores clássicos que comprovam e justificam aceções menos usuais, dando-lhes algum critério de ordenação.

No dicionário, Constancio (1844) preocupou-se maioritariamente em incluir os termos científicos mais usuais, no sentido de demonstrar a sua radicalidade grega ou latina e não incluir todos os termos científicos de todas as artes e ciências, visto que para o efeito existiriam dicionários próprios e em abundância. Refere, no entanto, que conservou a maior parte dos termos do dicionário de Bluteau e Moraes com medo de ser acusado de os suprimir. São termos obsoletos, muitos com transcrições erradas e incorretas (e.g. a falta de um til) e abreviaturas que eram comuns em textos antigos. Ao enumerar as falhas e a supressão de termos nos dicionários de Bluteau e Moraes, o autor menciona que a causa de imperfeição “he a ignorancia das etymologias analysadas, isto he, não só dos termos da língua-mãi, mas da verdadeira significação dos seus elementos radicaes e das desinencias, suffixos, e prefixos” (Constancio, 1844, p. vi). Desta forma, o objetivo primordial do autor era remontar à origem da língua analisando os radicais latinos e gregos e mostrando quão importante é o conhecimento da origem dos vocábulos para a “perfeita intelligencia d’elles” (Constancio, 1844, p. vi).

Após a Advertência, a obra ainda contempla uma breve enumeração das abreviações e símbolos utilizados, que Constancio (1844) considera de fácil leitura e que não carecem de grande explicação, mas que facilitam uma melhor compreensão dos dados veiculados no repertório. Ainda faz referência ao trabalho de outros lexicógrafos da Europa, como o inglês Samuel Johnson (1709-1784) e o dicionário Merriam Webster (cujo autor foi Noah Webster (1758–1843) publicado pelos fundadores da empresa Merriam Co., George and Charles Merriam), em França as obras de Antoine Court de Gébelin e M. Dubois de Roquefort, o italiano Crusca, o alemão R. Wachter, H. Étienne, Vossio e Horne Tooke.

No que se refere ao “Resumo da grammatica portugueza”, o autor começa por estabelecer uma relação entre o “instincto natural do homem” e a linguagem, atribuindo a analogia dos sons às coisas que precisavam de significação e “é deste número limitado de termos ou silabas radicais que se formam os vocábulos” (Constancio, 1844, p. ix). Nesse sentido, o autor descreve o princípio de dar voz ao objeto formando essa “linguagem primitiva de todas as nações, e por isso existe tanta conformidade” (ibidem). Com base nessa conformidade, o autor faz referência a outras línguas, nomeadamente, a chinesa e a cóptica ou egípcia em que duas das características são as suas raízes monossilábicas e a destituição de inflexões, dando exemplos práticos. De seguida, faz uma comparação entre as línguas dos exemplos apresentados com base em determinadas unidades lexicais. Por fim, analisa a origem da língua portuguesa, abordando as seguintes partes: 1.<sup>a</sup> – “Das letras ou caracteres vocaes”; 2.<sup>a</sup> – “Das partes da oração”; 3.<sup>a</sup> – “Das particulas da oração”; 4.<sup>a</sup> – “Da Syntaxe”; e 5.<sup>a</sup> – “Da prosodia portugueza”.

**Figura 2** — Fotografia de “Diccionario da Lingua Portuguesa Etymologico, Prosodico e Orthographico” (1882)



**Quadro 2** — Ficha bibliográfica de “Diccionario da Lingua Portugueza Etymologico, Prosodico e Orthographico” (1882)

Autor: David Corazzi (ed.)  
Ano: 1882 (1.ª edição)  
Editor: Editores-Proprietários Lopes e C.ª Sucessores de Clavel & C.ª & Frederico Augusto Schmidt  
Local: Lisboa  
Título: *Diccionario da Lingua Portugueza Etymologico, Prosodico e Orthographico*  
Título secundário: *Propaganda de instrucção para portuguezes e brasileiros n.º 1*  
Tradutor: —  
N.º Tomos/Volumes: 1.º volume de um número incerto (756 pp.)  
Entradas/Unidades: De A a Zythogala  
Paratextos: Abreviaturas (1 p.); “Abrimos” (2 pp.); Supplemento e Rectificações (2 pp.)  
Domínio Conceptual: Língua portuguesa  
Observações: 1.ª tiragem, 20 000 exemplares; 1.ª edição em fascículos com tiragem quinzenal; coleção: n.º 1 – Portuguez (na lombada)

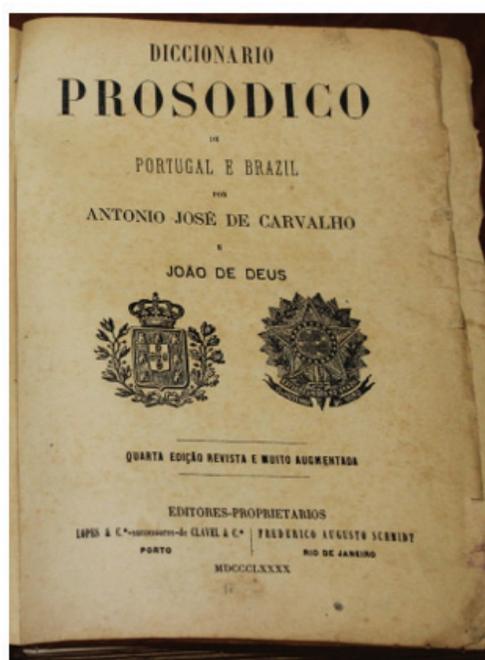
Na Figura 2/Quadro 2, encontra-se o frontispício do “Diccionario Etymologico Prosodico e Orthographico” na sua edição de 1890. Este dicionário apresenta cinco paratextos: a declaração de propriedade; os “Cumprimentos ao público” que ocupam uma página; a “Advertência da 3.ª edição” em 2 páginas; a “Explicação das abreviaturas e dos signaes” numa página; e as erratas. No frontispício do dicionário, é de ressaltar que o mesmo se destina a “propaganda de instrucção para portuguezes e brasileiros”, sendo o primeiro de uma coleção de dicionários portáteis, económicos e indispensáveis em todas as famílias, escolas, bibliotecas, escritórios comerciais e repartições públicas. Ainda se faz referência ao editor David Corazzi e à editora, com uma alusão ao Prémio com medalha de ouro na exposição do Rio de Janeiro. Na página seguinte, encontramos a relação das Abreviaturas usadas na obra enumeradas alfabeticamente. De seguida, no paratexto “Abrimos”, o editor descreve em duas páginas a divisão de cada dicionário, que se dividem em 10 fascículos, com publicações quinzenais, e que, no final, iriam compor o dicionário completo. De acordo com o autor, esta divisão por fascículos facilitava a aquisição do mesmo por parte das classes populares.

Segundo Corazzi (1882), o dicionário foi elaborado baseado nos já existentes, completando e acrescentando tanto na prosódia como na ortografia os princípios etimológicos. Todos os vocábulos foram incluídos, com exceção dos mais antiquados e daqueles que já estavam

banidos da linguagem falada e escrita. Como o objetivo era o uso nas escolas e nas casas de família, os termos obscenos e impudicos foram excluídos, bem como os participios passivos regulares (que se encontram na significação do infinito do verbo) e os adjetivos superlativos (encontrados no positivo do adjetivo).

No final do dicionário, encontra-se ainda um “Suplemento de rectificações” onde constam os vocábulos não incluídos durante a organização inicial e os vocábulos que remetem para o radical, apresentados entre parênteses através da preposição “por + radical”. O dicionário finaliza com uma página de “Erratas” que se apresenta em 5 colunas, nomeadamente, a página, a linha, a coluna, o erro e a correção. A errata apresenta um total de 36 entradas.

**Figura 3** — Fotografia de “Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil” (1890)



**Quadro 3** — Ficha bibliográfica de “Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil” (1890)

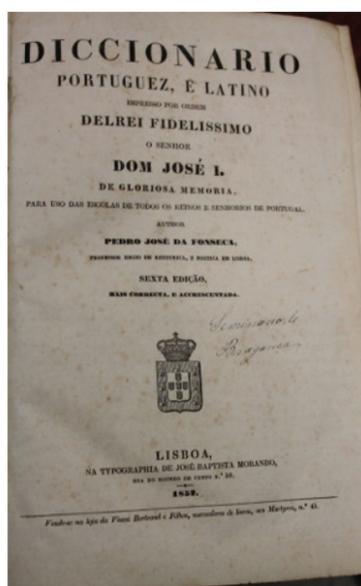
Autor: Antonio José de Carvalho & João de Deus  
Ano: 1890 (4.<sup>a</sup> edição revista e aumentada)  
Editor: Editores-Proprietários Lopes e C.<sup>a</sup> Sucessores de Clavel & C.<sup>a</sup> & Frederico Augusto Schmidt  
Local: Porto/ Rio de Janeiro  
Título: *Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil*  
Título secundário: —  
Tradutor: —  
N.º Tomos/Volumes: 1 (954 pp.)  
Entradas/Unidades: De A a Zythogala  
Paratextos: Declaração de propriedade (1 p.); Cumprimentos ao público (1 p.); Advertência da 3.<sup>a</sup> edição (2 pp.); “Explicação das abreviaturas e dos signaes” (1 p.); Erratas (1 p.)  
Domínio Conceptual: Língua portuguesa  
Observações: com informações sobre a pronúncia, classe gramatical, definição

A Figura 3/Quadro 3 mostra a frontispício desta obra que versa sobre a língua portuguesa, publicada simultaneamente em Portugal e no Brasil. No paratexto designado “Cumprimentos ao público”, os autores afirmam a utilidade pública da sua obra, refletida na aceitação geral e no reconhecimento da imprensa, i.e. mais de 60 jornais em Portugal e no Brasil que destacaram as suas qualidades e utilidade prática. Identifica-se igualmente o objetivo do dicionário – este destina-se a “todos os que desejem fallar sem erros de pronuncia, tão vulgares entre pessoas ainda rasoavelmente instruidas” (Carvalho & Deus, 1890, p. v), daí ser indispensável em particular para as escolas. Os autores mencionam as novas edições que incluíram sempre aperfeiçoamentos e, nesta 4.<sup>a</sup> edição, aumentaram o volume do dicionário com a introdução de mais de 1500 “termos novos”, melhoraram o papel e realizaram uma revisão rigorosa. Neste sentido, Carvalho e Deus (1890) consideram que o seu dicionário pode ser comparado com “os grandes dicionários da língua portugueza” (p. v), uma vez que muito poucos termos contidos naqueles não serão encontrados no seu dicionário.

Nesta edição, os autores mantêm a Advertência da 3.<sup>a</sup> edição, onde assumem que, nas anteriores edições, as indicações prosódicas estavam longe de satisfazer “o vocábulo acentuado contra o uso universal” (Carvalho & Deus, 1890, p. vi). Nesta advertência, estabelecem-se as regras que auxiliam a leitura da prosódia preferida pelos autores e, na 3.<sup>a</sup>

edição, bem como na 4.<sup>a</sup>, a prosódia acompanha sempre o vocábulo. De seguida, os autores enunciam um conjunto de explicações relativamente à simbologia usada, tal como o facto de a sílaba forte (ou tónica) ser marcada a redondo, o g gutural por gh, as vozes nasaladas por vogais tiladas, entre outros exemplos. De facto, destaca-se que os autores frisam que a prosódia apresentada é a preferida por eles ou a mais usual ou autorizada, sem que, contudo, apresentem dados de frequência ou identifiquem as fontes de autoridade. Referem ainda outros aspetos interessantes, por exemplo, que não fazem separação de sílabas por ser, para eles, enganosa na pronúncia (e.g. Lisboa) ou não apresentam os plurais regulares ou o feminino de -oso por os considerarem inúteis. Terminam esta advertência fazendo inúmeras menções às vozes que julgam ser evidentes e óbvias para os leitores que tenham tido um bom professor do Método Castilho, mas que podem causar estranheza aos de “mau ouvido ou espirito muito preocupado” (Carvalho & Deus, 1890, p. vii). Por fim, na “Explicação das Abreviaturas e Signaes”, os autores (1890, p. viii) centram-se na simbologia para representar as classes gramaticais, número e género, palavras diminutivas, aumentativas ou latinas, assim como considerações sociolinguísticas, como antiquado, desusado, família ou familiar ou termo provinciano.

**Figura 4** — Fotografia de “Diccionario Portuguez, e Latino” (1852)



**Quadro 4** — Ficha bibliográfica de “Diccionario Portuguez, e Latino” (1852)

Autor: Pedro José da Fonseca (Professor régio de Rhetorica e Poética em Lisboa)  
Ano: 1852 (6.<sup>a</sup> edição, mais correcta, e acrescentada)  
Editor: Tipografia José Baptista Morando  
Local: Lisboa  
Título: *Diccionario Portuguez, e Latino*  
Título secundário: —  
Tradutor: —  
N.º Tomos/Volumes: 1 (580 pp.)  
Entradas/Unidades: De A a Zythogala  
Paratextos: dedicatória a Sebastião José Carvalho Melo (1 p.); Prólogo (4 pp.)  
Domínio Conceptual: Línguas portuguesa e latina; bilingue; de tradução  
Observações: em 2 colunas; com explicação em português, correspondente em latim, fraseologias, abonações literárias, usos e sinónimos

Esta obra, patente na Figura 4/Quadro 4, encontra-se dedicada ao Marquês de Pombal, sendo o primeiro paratexto a dedicatória escrita integralmente em latim. Segue-se o prólogo à 1.<sup>a</sup> edição que se estende por quatro páginas. Neste, o autor começa por sublinhar a diligência e cuidado que colocou na feitura do presente dicionário, que espera não ser indigno do público, sendo “para uso das primeiras Escolas” (Fonseca, 1952, p. iii<sup>9</sup>). Justifica a importância da sua obra citando autores portugueses anteriores: Cardoso e Barbosa, por um lado, que se apresentam limitados nas expressões portuguesas e pouco exatos nas latinas, e Bluteau, por outro, que considera difuso, volumoso e incapaz de servir as especificidades das aulas de principiantes. Assim, inspira-se não só nas obras portuguesas, mas também nas estrangeiras com “creditos estabelecidos na universal aprovação” (Fonseca, 1952, p. iii) para apresentar um dicionário puro em ambas as línguas – português e latim – “copioso sem superfluidades” (Fonseca, 1952, p. iii) onde integrou o melhor das referidas obras. Não obstante a autoridade destas fontes, o autor declara que verificou com “escrupolosa diligência” nos dicionários de maior infalibilidade, assim como nos textos dos próprios autores.

No que se refere ao latim, Fonseca (1852) apresenta uma distinção entre as duas primeiras idades da Latinidade e as inferiores, para marcar a diferença nas fontes usadas para as palavras simples e para

9. A numeração das páginas nesta obra só inicia com as primeiras entradas do dicionário que surge com ‘1’. Por isso, decidimos identificar as páginas anteriores com numeração romana, de i a vi, apesar de esta não figurar no original.

as frases. Para estas últimas, refere expressamente a utilização única dos autores da primeira idade, isto é, Cícero, César, Nepos, Salústio, Tito Lívio, Lucrécio, Plauto, Terêncio, Virgílio, Homero, entre outros. Contudo, para as palavras, segue a opinião dos críticos, ao preferir “huma palavra própria, adequada, e inteligível, ainda que de inferior nota, do que hum circumloquio puro, mas de comum ou affectado, ou escuro” (Fonseca, 1852, p. iv).

O autor explicitou algumas das suas dificuldades na abordagem da língua latina, especialmente pela diferença cultural e de desenvolvimento dos romanos face aos tempos da sua atualidade, assumindo que teve de usar vocábulos bárbaros alatinados, termos gregos ou circumloquções. Apesar de Fonseca (1852) ter desenhado o seu dicionário com independência face a Bluteau, reconhece que acabou por usar as mesmas fontes para o latim, mesmo sem intenção de seguir este autor.

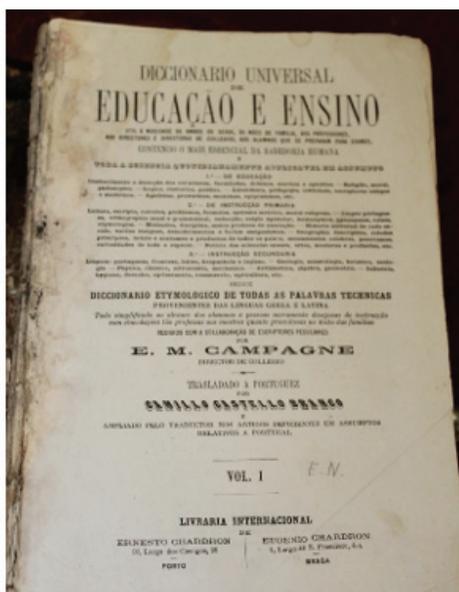
Relativamente às definições, Fonseca (1852) afirma que usou as suas próprias palavras com o propósito de explicar com clareza a inteligência dos vocábulos, ou seja, as suas definições eram simples descrições que permitiam deixar os vocábulos perceptíveis, não correndo assim o risco de “escuridade”. Ainda sobre a estrutura do verbete, o autor explica que inclui as significações próprias dos vocábulos, seguidas das figuradas, onde integra as metafóricas, metonímicas, alegóricas e hiperbólicas, e das morais, quando as havia. Faz ainda menção às palavras primitivas vs. as derivadas, os diminutivos de nomes e adjetivos e como estas são apresentadas no dicionário.

Fonseca (1852, p. v) reflete sobre a ortografia da língua portuguesa, afirmando que esta sofre de irregularidade, devido à “pouca firmeza dos principios” (Fonseca, 1852, p. v) que estimula a variedade, e que apesar da sua vigilância não lhe foi possível evitar. Neste sentido, a sua metodologia assentou na “imitação do maior número de Escritores mais classicos antigos, e modernos em todas as linguas” (Fonseca, 1852, p. v). No entanto, pugnou para que o seu dicionário fosse uma obra abundante, mas não prolixa, breve mas sem pobreza nem redundante. Por exemplo, juntar palavras e frases do mesmo autor, assim como os nomes da mesma declinação e género, ou fazer uso de v. (vede) para remissões foram formas que usou para reduzir o tamanho do dicionário.

Termina este prólogo reiterando que os leitores sejam benévolos e sábios face aos possíveis erros de uma primeira edição que serão corri-

gidos em edições futuras. Sublinha ainda a diferença dos portugueses que não possuem boas traduções dos clássicos latinos, ao contrário de outras nações, facto este que poderia ter ajudado a sua obra. Conclui com uma citação em latim de J. M. Gesner.

**Figura 5** — Fotografia de “Diccionario Universal de Educação e Ensino” (1873)



**Quadro 5** — Ficha bibliográfica de “Diccionario Universal de Educação e Ensino” (1873)

Autor: E. M. Campagne  
 Ano: 1873  
 Editor: Livraria Internacional Ernesto Chardron (Porto) e Eugenio Chardron (Braga)  
 Local: Porto/ Braga  
 Título: *Diccionario Universal de Educação e Ensino*  
 Título secundário: *Util à mocidade de ambos os sexos, às mães de familia, aos professpres, aos directores e directoras de collegios, aos alumnos que se preparam para exames*  
 Tradutor: Camillo Castello Branco  
 N.º Tomos/Volumes: 1 de um número incerto de volumes; 806 pp.  
 Entradas/Unidades: De Abeilard, Abestruz, Abetarda e Abibe (com remissões / Abismo a Italia)  
 Paratextos: Advertência do Tradutor (2 pp.); Prefácio (4 pp.)  
 Domínio Conceptual: Língua portuguesa Observações: —

A Figura 5/Quadro 5 apresenta o “Diccionario Universal de Educação e Ensino” de 1873, com um extenso título que ocupa quase a totalidade do frontispício. Na sequência do título secundário infra apresentado, explicita-se ainda que contém “o mais essencial da sabedoria humana e toda a sciencia quotidiamente aplicável em assumpto”, especificando que estas aplicações são em primeiro lugar na educação, seguida da instrução primária e secundária. O dicionário afirma igualmente que apresenta informação etimológica de todas as palavras técnicas provenientes das línguas grega e latina. Apesar de ser uma obra traduzida do francês, o tradutor assume um papel ativo na composição da versão portuguesa, declarando que ampliou os artigos considerados deficientes no que diz respeito a Portugal.

Relativamente aos paratextos, possui somente uma Advertência do Tradutor, o nosso escritor Camilo Castelo Branco, e um Prefácio que não se encontra assinado e que se presume ser da edição francesa original. No que se refere à advertência de Camilo (1873, p. v), o tradutor (escritor) reconhece a tarefa árdua em traduzir (transladar) este dicionário para português e a mediania dos seus recursos, especialmente quando tal envolve artigos de várias ciências produzidos por autores de diferentes especialidades. Por estas razões, assume que recorreu a livros portugueses de muito dignos professores, mestres e filólogos para evitar claudicar, especialmente na matemática e na nomenclatura de história natural. A par da tradução, “[deu] lavra própria mais larga noticia (...) das cousas de Portugal” (Castello Branco, 1873, p. vi) e eliminou “lanços” (entenda-se artigos) que encarou como impertinentes e pueris por considerar que nunca seriam consultados (e.g. alfabetos de línguas, sons de letras, ditongos e vozes). Termina a sua advertência, pedindo à crítica que lhe aponte os erros para que se possam expurgar na eventualidade de uma reimpressão.

Quanto ao prefácio, o autor da edição francesa, E. M. Campagne (1873, p. vii), refere o descrédito dos livros que considera serem sintomas morais que denunciam os sentimentos e as ideias do público. A par do elevado número de livros produzidos, verifica-se também que as “boas obras” rareiam como se o público “ganhasse fastio á leitura”, não tendo tempo para estudar as especialidades e dedicar-se aos negócios. Campagne reconhece que os livros são as enciclopédias, a premência de saber tudo, mas “estudar sciencias pela rama dispara em frivolidade

e ligeirices” (1873, p. vii). Assim, o autor apresenta esta enciclopédia eclética para satisfazer o anseio pela ciência universal, apressar o progresso no estudo e economizar o tempo dos interessados. A obra assenta num método de “expende a sciencia”, dependente da seleção de assuntos, método de exposição e desenvolvimento dos artigos, que conciliando todas as soluções se afirma como eclético. Campagne (1873, p. viii) defende que os professores devem ter preleções com realces originais, mas com profundidade, sabendo “aformosentar as questões mais árduas” (1873, p. viii). Desta forma, o objetivo do dicionário é exatamente investigar os expedientes a serem usados pelos professores, esclarecer o que é de mais valia para professores e alunos – “expor cada matéria em si sob o mais exacto e substancioso aspecto” (1873, p. ix) – e fazê-lo num só volume tudo o que se entende por educação e ensino em termos teóricos e práticos.

Campagne (1873, p. ix) assume a sua obra como uma “biblioteca inteira” sendo, para o professor, um manual completo e, para a mãe, um tesouro e um guia seguro. Explicita que a obra se encontra organizada em ordem alfabética, conciliada com o mérito de encadeamento e a ordem metódica, fruto de 10 anos de trabalho. Apesar da sua completude e extensão, defende que deve ser lida, pelo menos uma vez, de forma alfabética para que se possa “formar idéa cabal dos conhecimentos geraes que a ninguém é airoso ignorar hoje em dia” (Campagne, 1873, p. ix). Por fim, apela à autoridade dos dicionários de Bouillet, Bellége e Vapereau e ambiciona completar a opulenta coleção de enciclopédias clássicas.

### *Discussão da análise*

A análise destes dicionários permitiu identificar as considerações dos autores sobre o público alvo, a metalexigrafia, a validação dos seus produtos e representações linguísticas diversas.

Todos os autores da amostra apresentaram o seu público alvo preferencial, sendo na sua maioria direcionados para o ensino, e a instrução primária ou secundária, para o uso nas escolas, para todos os cidadãos, numa abordagem mais democrática, ou para aqueles que desejassem falar sem erros de pronúncia (v. Carvalho & Deus, 1890).

Quanto à metalexigrafia, todos os lexicógrafos explicitam que as suas obras apresentam uma lista de abreviações/abreviaturas e símbolos/sinais, que esclareciam as indicações no corpo dos dicionários. No que se refere à microestrutura, Fonseca (1852) e Constancio (1844) referem-se explicitamente às definições: o primeiro assume que elaborou definições com palavras próprias, descrições simples sem “escuridade”, que incluíam significações próprias e figuradas, enquanto o segundo apresentou explicações pormenorizadas nas aceções e os termos científicos acompanhados dos radicais gregos e latinos, assim como a inclusão de termos antigos indispensáveis, informações sobre sinonímia, etimologia, ortografia, pronúncia e morfologia. Carvalho e Deus (1890) afirmam que a prosódia acompanha sempre os vocábulos nas respetivas entradas, ao passo que Corazzi (1882) declara que a prosódia e ortografia obedecem a princípios etimológicos, optando por excluir os termos obscenos e impudicos do seu dicionário. Apesar deste esforço, alguns autores apontam a irregularidade da ortografia portuguesa (Fonseca, 1852), assim como a existência de uma suposta prosódia preferencial (Carvalho & Deus, 1890).

No que se refere à validação, todos os autores escolheram fazer menção a fontes de autoridade lexicográfica, particularmente o Padre Bluteau (1638-1734), Bento Pereira (1605-1681), Moraes (1755-1824) ou mesmo lexicógrafos europeus, os quais são glorificados. Contudo, reconhecem-lhes imperfeições e propõem-se criar dicionários que as ultrapassem, seja para serem obras mais amplas, completas e úteis, com omissão de informações supérfluas dos anteriores, seja para simplificar e precisar a informação das autoridades lexicográficas. A par destas fontes, os autores dos dicionários também mencionam autores clássicos, como aqueles das primeiras idades da Latinidade (Fonseca, 1852), os livros portugueses de áreas técnicas ou os mestres e professores (Campagne, 1873).

Por fim, relativamente às representações sociais e linguísticas, todas as obras têm como objetivo a instrução do povo (i.e., utilidade pública), principalmente dos alunos e das famílias, sendo um complemento às bibliotecas. Por exemplo, Corazzi (1882) defende uma democratização destes produtos, daí ter criado a coleção de dicionários portáteis e económicos para todos, com conteúdo acessível às classes populares. Carvalho e Deus (1890) reiteram a utilidade pública e

prática do seu dicionário, que obteve reconhecimento da imprensa, destinando-se a quem queira falar sem erros de pronúncia e sendo assim indispensável para as escolas.

#### 4. Considerações finais

O projeto “Viagem ao passado” integra-se numa parceria entre o Instituto Politécnico de Bragança e o ADBGC que começou em 2019. Neste âmbito, procedeu-se ao levantamento das obras lexicográficas patentes no Depósito do ADBGC que, no momento, ascendem a uma centena. O nosso estudo considera as obras lexicográficas como produtos de natureza histórico-ideológica que nos podem proporcionar um panorama da lexicografia portuguesa do séc. XIX.

Partindo destas obras, desenvolvemos o nosso estudo exploratório-descritivo com base numa amostra de cinco dicionários do séc. XIX, cujos paratextos foram analisados e descritos. Tal como Chávez Fajardo & Dorado Puntch (2016) afirmam, os paratextos afiguram-se como um complexo de formações discursivas passíveis de refletir as posições dos seus autores face a determinados aspetos, nomeadamente o seu público alvo, a lexicografia, a sua validação face à autoridade lexicográfica e a outras representações sociais e linguísticas. Com base na nossa análise, verificamos que todos os dicionários apresentam um breve sumário do assunto a tratar e a referência a versões anteriores de outros lexicógrafos portugueses e europeus, tendo por objetivo apresentar uma versão melhorada. Essas fontes servem como inspiração e forma de validação para estes produtos que se pretendem direcionar para a instrução do povo, sem negligenciar a base latina da língua. Quanto à lexicografia propriamente dita, as referências são limitadas à composição das definições por parte de dois lexicógrafos e à presença de abreviaturas e símbolos, assim como à relevância da prosódia no conhecimento da língua.

Neste sentido, a nossa amostra de cinco dicionários reflete uma prática lexicográfica diversa, mas simultaneamente uniforme. Por um lado, todos os lexicógrafos consideram necessário fazer menção e mesmo glorificação dos autores anteriores (e.g. Bluteau), para não só validarem o seu produto, mas também afirmarem a manutenção de uma

tradição lexicográfica. Contudo, apresentam sempre aspetos inovadores e melhorados face aos antecessores, tais como as definições e as aceções, a inclusão de aspetos prosódicos ou a utilização de outras fontes mais fidedignas. Este facto pode apontar para um desenvolvimento pré-científico da lexicografia portuguesa do séc. XIX, já que não se verifica uma reflexão mais aprofundada, em linha com as conclusões de Chávez Fajardo & Dorado Puntch (2016).

Abordando criticamente o trabalho realizado, consideramos que uma das limitações deste estudo residiu na amostra pouco representativa, assim como o facto de nos termos restringido à análise da macroestrutura, em particular os paratextos, ficando a microestrutura para futuros projetos, onde poderemos então comprovar as reflexões plasmadas nos paratextos. Em termos de trabalho futuro, é nosso objetivo continuar a descrição bibliográfica das obras ainda não catalogadas do espólio do Depósito A e auxiliar na disponibilização de um catálogo em linha sobre o livro impresso do ADBGC.

## Agradecimentos

*O presente trabalho foi realizado com apoio do Arquivo Distrital de Bragança, na pessoa da sua Diretora Dr.ª Élia Correia.*

## Conflito de interesses

*Declaramos não ter qualquer conflito de interesse, em potencial, neste estudo.*

## Contribuição dos autores

*Nós, Cláudia Martins, Nazaré Cardoso e Cecília Falcão declaramos, para os devidos fins, que não temos qualquer conflito de interesse, em potencial, neste estudo. Todos nós participamos da conceptualização do estudo, metodologia, desenho do estudo, análise formal dos dados, supervisão do projeto, coleta dos dados, validação e edição dos dados. Todos os autores aprovam a versão final do manuscrito e são responsáveis por todos os aspectos, incluindo a garantia de sua veracidade e integridade.*

## Referências

- Afonso, A. M., & Correia, E. (2006). O Arquivo Distrital de Bragança 1916-2006: o percurso institucional. *Brigantia – Revista Cultural*, 26(1/2/3/4), 131-164.
- Arquivo Distrital de Bragança. (2016). *História*. <http://adbgc.dglab.gov.pt/historia/>
- Arquivo Nacional Torre do Tombo. (2017). *História*. <http://antt.dglab.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/6-2/>
- Campagne, E. M. (1873). *Diccionario Universal de Educação e Ensino – Util á mocidade de ambos os sexos, ás mães de familia, aos professores, aos directores e directoras de collegios, aos alumnos que se preparam para exames*. (Tradutor Camilo Castello Branco). Livraria Internacional Ernesto Chardron e Eugenio Chardron.
- Carvalho, A. J., & Deus, J. (1890). *Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil*. Lopes e C.<sup>a</sup> Sucessores de Clavel & C.<sup>a</sup> & Frederico Augusto Schmidt.
- Chávez Fajardo, S., & Dorado Puntch, R. (2016). Linguistic ideas in pre-scientific codifications of American Spanish. In R. Muhr (Ed.), *Pluricentric Languages and Non-dominant Varieties Worldwide* (pp. 171-185). Peter Lang. <http://dx.doi.org/10.3726/978-3-653-07112-2>
- Constancio, F. S. (1844). *Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portuguesa*. Angelo Francisco Carneiro.
- Corazzi, D. (1882). *Diccionario da Lingua Portuguesa Etymologico, Prosodico e Orthographico. Propaganda de instrucção para portuguezes e brasileiros n.º 1*. David Corazzi.
- Correia, M. (2009). *Os dicionários portugueses*. Editorial Caminho.
- Fonseca, P. J. (1852). *Diccionario Portuguez, e Latino Delrei Fidelíssimo O Senhor Dom José I*. Tipografia José Baptista Morando.
- Fromm, G. (2004). Obras lexicográficas e terminológicas: definições. *Revista Factus*, 1(2), 139-147. <https://www.ileel.ufu.br/guifromm/wp-content/uploads/2014/05/obraslexicograficaseterminologicasdefinicoes.pdf> (Acessado 28 de julho, 2023)
- Martins, C., Cardoso, N., & Falcão, C. (2021). Viagem ao passado: reflexões linguísticas em obras lexicográficas do Arquivo Distrital de Bragança. *Studia Romanica et Anglica Zagrabienisa: Revue publiée par les Sections romane, italienne et anglaise de la Faculté des Lettres de l'Université de Zagreb* (pp. 85-92). <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/25706> (Acessado 28 de julho, 2023)
- Miranda, F. B. (2014). Da Classificação de Obras Lexicográficas e seus problemas: Proposta de uma Taxonomia. *Alfa*, 58(1), 215-231. <https://doi.org/10.1590/S1981-57942014000100009>

O Arquivo Distrital de Bragança como uma porta para o passado

Verdelho, T. (2004). Dicionários: testemunhos da memória linguística. *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa: Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva* (pp. 413-427). Universidade do Porto, Faculdade de Letras. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6300.pdf> (Acessado 29 de julho, 2023)

Recebido em: 30.04.2021

Aprovado em: 06.10.2022